

À ESPERA DE UMA JUSTIÇA MAIS CÉLERE E MAIS EFICAZ



■ Lento, burocrático, pouco eficaz, sujeito a sucessivas mudanças legislativas, atulhado em processos pendentes, mediatizado pelas piores razões... O diagnóstico que é feito ao sistema de justiça português, mesmo pelos seus actores, é tudo menos simpático. A própria tutela o reconhece, quando aponta, no relatório do Orçamento do Estado para 2010, que a estratégia que pretende seguir visa “fornecer um serviço público de justiça que respeite os direitos humanos, mais próximo do cidadão, acessível a todos, mais célere e mais transparente, com mais vias alternativas de resolução de conflitos e mais eficaz na investigação e punição do crime”.

Pese embora as linhas mestras da política no actual Governo ao nível da Justiça passem por dar continuidade à via “reformista” seguida pela equipa de Alberto Costa, a verdade é que relativamente a algumas das “bandeiras” herdadas por Alberto Martins – como a nova organização dos tribunais ou os reformados códigos Penal e do Processo Penal –, já foi anunciada a intenção de lhes introduzir alterações.

Relativamente às leis penais, o início do ano trouxe já alterações, nomeadamente, no âmbito dos prazos destinados à investigação de crimes de maior complexidade. Quanto ao novo modelo de organização judiciária, ainda em regime experimental, o Ministério da Justiça anunciou também o propósito de proceder a uma avaliação do mesmo, “fazendo as correcções necessárias e adoptando as medidas que se mostrem necessárias em função das conclusões extraídas da avaliação”.

Às sucessivas mexidas nas leis, os operadores judiciários respondem com críticas. Mas não são os únicos. Na cerimónia de abertura do Ano Judicial, o Presidente da República voltou a insistir na tónica da “ausência de qualidade legislativa”, considerando-a um elemento “altamente perturbador do salutar funcionamento do nosso sistema de justiça”. Até por esta razão, Cavaco Silva deixou claro que “é necessário legislar com mais rigor, mas sobretudo com mais ponderação e prudência e com maior sentido de adequação à realidade”.

“PARA ALIVIAR OS TRIBUNAIS, O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA APOSTA NO REFORÇO DA MEDIAÇÃO E DA ARBITRAGEM – QUE IRÁ TAMBÉM CHEGAR À ÁREA FISCAL – COMO MEIOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS.”

CONTINUA O PROBLEMA DA ACÇÃO EXECUTIVA

Para 2010, as linhas mestras traçadas para a Justiça no Orçamento do Estado levam em linha de conta muitas das preocupações levantadas pelos actores do sistema. Reforçar as novas tecnologias ao dispor deste sector, e utilizá-las também para simplificar os processos de cobrança de dívidas são propósitos anunciados pela equipa do ministro Alberto Martins. Isto, num ano em que 300 novos agentes de execução vão integrar a área da cobrança judicial de pequenos créditos incobráveis – este tipo de dívida é responsável, por si só, pela existência quase um milhão de pendências processuais.

A entrada dos novos agentes no sistema poderá, contudo, ser apenas um pequeno auxílio, sobretudo em tempo de crise e quando sobe a tendência para o incumprimento por parte de empresas e de famílias. Como lembrou na abertura do Ano Judicial Noronha do Nascimento, presidente do Supremo Tribunal ...

de Justiça: “Um novo ‘boom’ de acções de divida desabarà provavelmente nos tribunais com efeitos nas famílias e no tecido económico”.

Para o Governo, a resolução dos problemas da justiça “deve passar também por promover a resolução alternativa de litígios”. Nesse sentido, o reforço da divulgação da mediação e da arbitragem – que irá também chegar à área fiscal – como meios de resolução alternativa “mais rápidos, baratos e simples” é um dos propósitos anunciados pelo Ministério da Justiça.

ADVOGADOS EM ANO DE ELEIÇÕES

A aposta no reforço da resolução alternativa de litígios dificilmente será vista pelo actual bastonário da Ordem dos Advogados (OA), António Marinho e Pinto. O líder da classe, que está no último ano do seu mandato, sempre se tem batido contra o que designa por “desjudicialização da Justiça”. Em sua opinião, a Justiça deve ser feita nos tribunais e com o acompanhamento de advogados.

Internamente, a Ordem volta este ano a viver de duodécimos, depois de um novo “chumbo”, em assembleia-geral, do orçamento apresentado pelo Conselho Geral. O diferendo que Marinho e Pinto mantém desde o início do mandato com os conselhos distritais tem impedido a aprovação de qualquer iniciativa orçamental, constituindo esta uma das razões do intenso braço-de-ferro que tem existido entre os órgão dirigentes da advocacia.

A proposta de um novo estatuto dos advogados, um novo regulamento de acesso à profissão e a redução das verbas destinadas aos conselhos distritais, são os principais focos que actualmente dividem a classe da advocacia portuguesa. É previsível que o tom das acusações possa subir no início do segundo semestre do ano, à medida que a data das eleições internas se aproxime. No entanto, só em Novembro será possível saber se Marinho e Pinto será reconduzido em mais um mandato ou se os que actualmente se lhe opõem terão conseguido eleger um novo bastonário. ■

“ESTE ANO É DE ELEIÇÕES NA ORDEM DOS ADVOGADOS. SÓ EM NOVEMBRO SERÁ POSSÍVEL SABER SE MARINHO E PINTO SERÁ RECONDUZIDO EM MAIS UM MANDATO OU SE SERÁ ELEITO UM NOVO BASTONÁRIO.”

